



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

FRANKLIN ENNISON MORAES DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMALIZAÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS
MICRONEGÓCIOS DO BAIRRO DE MANGABEIRA EM JOÃO PESSOA-PB**

**JOÃO PESSOA /PB
2016**

FRANKLIN ENNSON MORAES DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMALIZAÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS
MICRONEGÓCIOS DO BAIRRO DE MANGABEIRA EM JOÃO PESSOA-PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, em atendimento às exigências para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Orientador (a): Prof.^a M^a. Andréa de F. de O. Rêgo

**JOÃO PESSOA / PB
2016**

FRANKLIN ENNISON MORAES DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMALIZAÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS
MICRONEGÓCIOS DO BAIRRO DE MANGABEIRA EM JOÃO PESSOA-PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, em atendimento às exigências para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Trabalho de conclusão aprovado 21 de Novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M^a. Andréa de F. de O. Rêgo

Prof.^a Dr. Rosivaldo de Lima Lucena

S586c

Silva, Franklin Ennson Moraes da.

Contribuições da formalização através do Programa Microempreendedor Individual para o desenvolvimento dos micronegócios do Bairro de Mangabeira em João Pessoa - PB / Franklin Ennson Moraes da Silva. – João Pessoa, 2016.

54f.: il.

Orientador: Profa. Ma. Andréa de F. de O. Rêgo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – UFPB/CCSA.

1. Empreendedorismo. 2. Micronegócios. 3. Microempreendedor individual (MEI). I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 658(043.2)

DEDICATÓRIA

A todos empreendedores que na luta diária de desenvolver seus próprios negócios, persistem na condição de busca da realização de seus sonhos.

Ao Sebrae/PB por ser parceiro e principal instituição de desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil, e por ter colaborado com a realização desse estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela razão maior de nossa existência.

À minha família, meu alicerce nos momentos difíceis, cuja paciência e incentivos constantes me foram tão preciosos. Sou grato, ainda, por acreditarem sempre em minha capacidade e, sobretudo por investirem em minha formação acadêmica.

À minha orientadora Prof.^a Andrea Rego, por toda a dedicação, disposição e comprometimento dedicados a minha pesquisa desde sua origem, além de toda motivação na busca de melhores resultados.

Aos meus parentes e amigos pela compreensão dos inúmeros momentos de ausência.

EPÍGRAFE

“Definir um objetivo é o ponto de partida de toda a realização”.
W. Clement Stone

RESUMO

Diante do aumento no nível de informalização no país e suas consequências, o desenvolvimento de micronegócios se viu como uma alternativa importante, já que no que tange ao mercado informal, alguns empreendimentos carecem de apoio técnico profissional, suporte tecnológico, uma melhor qualificação de mão de obra entre outros. Existem também os problemas sociais que a informalidade causa ao trabalhador, como falta de acesso à segurança previdenciária, aposentadoria e de saúde; as condições precárias de trabalho que são comuns a esses trabalhadores; baixa remuneração dos serviços e produtos oferecidos; além do pouco reconhecimento por parte da sociedade.

Dito isto, o trabalho aqui apresentado pretende oferecer para a academia elementos contextualizados sobre esse tema tão atual e ao mesmo tempo tão pouco explorado, de maneira que desperte curiosidade para que outros discentes venham a se aprofundarem em tal investigação, particularmente esse trabalho enriquece bastante meus conhecimentos sobre microempreendedores, tema esse que venho lendo e me inteirando a bastante tempo, tendo em vista os laços estreitos que tenho com o mesmo. Em suma, espera-se que o presente beneficie com bastante clareza esse novo cenário econômico e social no qual está inserido os micronegócios em nossa região e porque não dizer do país.

Assim, a pesquisa analisou, por meio de um estudo quantitativo, de que forma o MEI contribuiu após tais formalizações, para isso foram investigadas características dos microempreendedores e seus respectivos negócios, quais fatores puderam ou não contribuir para o desenvolvimento dos mesmos, assim como o nível de satisfação desses empreendedores em relação ao programa após terem se formalizados. A partir desse objetivo geral, são demonstradas as principais conclusões desse estudo, mostradas em respostas às questões levantadas na pesquisa e à situação problemática apresentada, bem como algumas limitações e por fim sugestões para possíveis futuras pesquisas.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Micronegócios. Microempreendedor Individual (MEI).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.1 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 EMPREENDEDORISMO	17
2.1.1 Histórico	17
2.1.2 Conceito e características	19
2.1.3 Empreendedorismo no Brasil	21
2.1.3.1 Histórico	22
2.1.3.2 Empreendedor brasileiro.....	23
2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI	26
2.2.1 Fundamentação, conceito e objetivos.....	26
2.2.2 Resultados gerais do MEI.....	28
2.2.3 Bairro de Mangabeira.....	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	33
3.3 SUJEITOS E AMBIENTE DA PESQUISA	34
3.4 ESTRATÉGIA E COLETA DE DADOS	34
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS	35
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	36
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES.....	36
4.1.1 Gênero dos Microempreendedores Individuais	37
4.1.2 Faixa Etária dos Microempreendedores Individuais	37
4.1.3 Escolaridade dos Microempreendedores Individuais	38

4.1.4 Renda Familiar dos Microempreendedores Individuais	38
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MICRONEGÓCIOS.....	39
4.2.1 Atividade Econômica dos Micronegócios	39
4.2.2 Dedicação ao Negócio	40
4.2.3 Conhecimento do Negócio	40
4.2.4 Experiência no Negócio.....	41
4.3 ADESÃO E GRAU DE SATISFAÇÃO JUNTO AO MEI.....	42
4.3.1 Fatores Positivos Após Adesão ao MEI	42
4.3.2 Fatores Negativos Após Adesão ao MEI.....	43
4.3.3 Grau de Satisfação Após Adesão ao MEI	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
5.1 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE PESQUISA.....	46
5.2 LIMITAÇÕES.....	48
5.3 SUGESTÕES.....	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A.....	53

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que historicamente possui um elevado número de trabalho informal em seus centros urbanos, denominado por alguns autores a exemplo de (MOREIRA , 2006), como sendo consequência de problemas sociais e econômicos, ou até mesmo por entraves burocráticos. No decorrer dos anos com o avanço do processo de urbanização para além dos grandes centros, as cidades interioranas também vêm vivenciando um aumentou significativo desse processo de informalidade. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, através do Boletim Mercado de Trabalho, em 2014 mais de 19% de todas as ocupações nas principais cidades do país migraram para o trabalho informal.

Dentre as atividades buscadas por pessoas desempregadas ou sem remuneração declarada, está o trabalho informal, que, por muitas vezes, é a forma mais fácil de obter renda. De acordo com pesquisa realizada em 2014 pela CNDL (Câmara Nacional de Dirigentes Lojistas), muitos desses trabalhadores, diante das dificuldades de encontrar um emprego formal, se obrigam a trabalhar informalmente para empresas privadas, em sua maioria no setor de serviços ou comércio.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2014), o trabalho informal já representa 16% do PIB do país, isso representa a números de hoje mais de 800 milhões de reais girando na economia do país, sem nenhum tipo de acompanhamento ou tributação, comprovando assim o nível de importância para o Brasil, porém esse valor não é contabilizado pelo governo, que deixa de arrecadar a cada ano um nível alto de impostos e tributos. O governo inclui em suas políticas, medidas que visam desestimular essa prática da informalidade, e uma delas são as opções oferecidas para que os trabalhadores informais formalizem seus negócios junto aos órgãos estabelecidos para tal.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2004), a formalização dos negócios informais gera oportunidades e traz benefícios para quem o faz, como amparo social previdenciário, segurança jurídica e acesso a programas de apoio para o negócio, além de facilitar as vendas para o serviço público, assim como o acesso a linhas de créditos e serviços bancários. Além de tudo isso, o governo possui interesse que as pessoas que trabalham na informalidade possam se formalizar de alguma maneira, visto que a arrecadação do governo aumenta,

diminuindo assim o nível de desemprego oficial e influenciando também no aquecimento da economia como um todo.

Atualmente, uma das formas mais simples de tornar um negócio formalizado é ter acesso ao programa Microempreendedor Individual - MEI. Ele simplifica a parte burocrática e diminui a parte tributária para o pequeno empreendedor, conforme a Lei Complementar nº 128/2008. O MEI dá direito ao trabalhador informal – aquele que trabalha por conta própria –, de poder se formalizar e ter acesso a várias facilidades e benefícios. Esta lei criou condições especiais para que o trabalhador concebido como informal possa se tornar um empreendedor com um negócio legalizado. Segundo o Portal do Empreendedor (2014), entre as vantagens oferecidas pelo programa, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. O MEI também permite que cada empreendimento ou profissional formalizado, possa contratar um funcionário aumentando assim a capacidade de desenvolvimento e organização do negócio, além de toda segurança previdenciária, tanto para o empreendedor como para o eventual empregado.

De acordo com Portal do Empreendedor (2015), no estado da Paraíba já possui mais de 85 mil microempreendedores individuais, formalizados desde 2009, seja pelo próprio portal, ou pessoalmente através das juntas comerciais ou receita federal. Em João Pessoa, esse número se elevou basicamente nos últimos anos, chegando a beirar os 30 mil formalizados na capital, mais precisamente 26.754 microempreendedores. Algumas características permitem traçar um perfil da maioria desses novos empreendedores, como por exemplo: em relação à idade, a faixa etária com maior número de formalizações, está entre 31-40 anos, seguindo pela população mais jovem e mais velha, 21-30 e 41-50 anos, respectivamente. Outro detalhe bem importante nesses números, é em relação à forma de atuação desses empreendimentos, que em grande parte, se encontra nos estabelecimentos fixos, mas com uma grande ascensão dos empreendedores porta a porta e ambulantes em postos móveis. A cidade de João Pessoa possui uma grande parte de sua população empregada no setor público segundo Campos (2006), logo após está a atividade comercial, que supera o setor de serviços e industrial. O crescente número da atividade comercial juntamente períodos de crise na economia, tem relação estreita com o aumento da informalização, e consequente adesão ao MEI por parte de uma grande fatia desses micronegócios informais.

Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado está dividido em: introdução, a qual se realizou uma análise geral do problema de pesquisa aqui levantado; referencial teórico, que aborda os diversos aspectos desde o empreendedorismo e sua evolução no Brasil e no mundo, passando por sua abordagem local no Estado da Paraíba e por fim, o programa de formalização de pequenos negócios MEI; seguido da metodologia; análise e discussão de resultados; e as considerações finais do trabalho.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Entende-se como MEI ou Microempreendedor Individual, a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. De acordo com Portal do Empreendedor (2015), a lei complementar nº 128, de 19/12/2008, cria condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um Microempreendedor Individual legalizado. Estima-se que no Brasil em julho de 2009, ano em que a lei foi sancionada, existisse mais de 10 milhões de trabalhadores informais, assim confirma dados do SEBRAE (2010), por outro lado, o papel exercido pelos micro e pequenos negócios que veem se formalizando no Brasil possui uma relevância muito peculiar, pois ao alavancar uma fatia econômica do país, que outrora não alcançava certos patamares, esses pequenos empreendimentos absorvem mão de obra pouco qualificada e que não teriam oportunidades em negócios formais, contribuindo assim com o aumento de atividades de baixo custo e consequentemente com a circulação financeira de seus ganhos, afirma Campos (2006).

Para o Sebrae (2010), a criação e expansão de pequenos negócios incentiva a economia local e potencializa a geração de emprego e renda, apresentando uma alternativa ao mercado informal, que por muitas vezes possui mão de obra pouco qualificada, além de acesso restrito ao crédito, condições de trabalho precárias e falta de cobertura previdenciária, entre outros. Diante disso, a formalização de pequenos empreendimentos exerce papel fundamental para o país, pois além de oferecer benefícios aos trabalhadores e condições para que os mesmos tenham acesso a diversos programas de apoio ao seu negócio, gera também arrecadação para o Governo, que passa a recolher mais impostos e ter acesso a elaboração de políticas específicas de apoio a este

setor produtivo. A sociedade é outro setor que sai ganhando com essas formalizações, porque tem acesso a produtos e serviços de melhor qualidade, e concomitantemente poderá buscar seus diretos quando esses produtos e serviços não obedecerem à legislação atual vigente.

Um exemplo fidedigno desse cenário é o setor de microempreendimentos do Bairro de Mangabeira, que historicamente é conhecido por seu desenvolvimento econômico e aquecimento da economia local, além de diversos benefícios à comunidade inserida no mesmo. Logo, com a intenção de compreender tais aspectos e suas consequências, este estudo visa oferecer subsídios para responder de que maneira o processo de formalização pelo MEI contribuiu para o desenvolvimento local e até que ponto ele se tornou sustentável para essa parte da economia do bairro. A partir do conhecimento e estudo da Lei Complementar nº128/2008, e levando em conta a relevância dos pequenos negócios no país, muitas deles atuando na informalidade, o presente trabalho busca verificar quais benefícios e limitações a nova legislação vem trazer, visando esclarecer diversos pontos acerca do tema proposto, bem como oferecer respostas a diversas interrogações sobre a formalização e suas consequências. Ante o exposto, coloca-se o seguinte problema de pesquisa:

De que maneira a formalização através do MEI contribuiu para o desenvolvimento dos microempreendimentos no Bairro de Mangabeira/JP?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analizar a contribuição que o MEI proporcionou aos micro-negócios informais do Bairro de Mangabeira na cidade de João Pessoa, na percepção dos empreendedores.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os microempreendedores e seus respectivos negócios, formalizados pelo MEI do Bairro de Mangabeira;

- Verificar que resultados, positivos e negativos, os empreendedores de Mangabeira obtiveram após adesão ao MEI;
- Identificar o grau de satisfação dos empreendedores de Mangabeira com a adesão ao MEI.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo Viana (2012), a atividade empreendedora contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico dos países e sua expansão aumenta a produção de bens e serviços, gerando empregos, distribuindo renda e dinamizando a economia como um todo. A partir de 2008, através da Lei complementar nº 128 da Presidência da República, que modifica a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o governo cria condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se legalizar, oferecendo assim mecanismos para que mais de 10 milhões de trabalhadores informais (SEBRAE 2010), pudessem obter a formalização e fazer parte oficialmente do universo dos micronegócios do país. A criação de pequenos negócios emerge como uma estratégia com potencial para beneficiar a economia local, gerando empregos distribuindo rendas, desenvolvendo inovações, tecnologias e mão de obra, ou seja, favorece um crescimento econômico sustentável (BORGES, FILION E SIMARD, 2008).

As micro e pequenas empresas cumprem um papel fundamental no contexto econômico e social do país, pois atuam em atividades econômicas de baixa produtividade e absorvem mão de obra pouco qualificada e descartada pelos mercados formais, além de possuírem baixo custo para os investimentos iniciais e de funcionamento, afirma Viana (2012).

Diante do aumento no nível de informalização no país e suas consequências, o desenvolvimento de micronegócios se viu como uma alternativa importante, já que no que tange ao mercado informal, alguns empreendimentos carecem de apoio técnico profissional, suporte tecnológico, uma melhor qualificação de mão de obra entre outros. Existem também os problemas sociais que a informalidade causa ao trabalhador, como falta de acesso à segurança previdenciária, aposentadoria e de saúde; as condições precárias de trabalho que são comuns a

esses trabalhadores; baixa remuneração dos serviços e produtos oferecidos; além do pouco reconhecimento por parte da sociedade.

Mediante essas considerações, este estudo visa oferecer além de elementos que contribuam para uma melhor percepção da efetividade do programa MEI, em específico para os micronegócios do bairro de Mangabeira na cidade de João Pessoa-PB, também visa fornecer subsídios para formulação de políticas públicas voltadas ao apoio e acompanhamento dos micronegócios de tal localidade por parte do SEBRAE, de maneira que venha a dar melhor apoio e desenvolvimento aos mesmos.

Dito isto, o trabalho aqui apresentado pretende oferecer para a academia elementos contextualizados sobre esse tema tão atual e ao mesmo tempo tão pouco explorado, de maneira que desperte curiosidade para que outros discentes venham a se aprofundarem em tal investigação, particularmente esse trabalho enriquece bastante meus conhecimentos sobre microempreendedores, tema esse que venho lendo e me inteirando a bastante tempo, tendo em vista os laços estreitos que tenho com o mesmo. Em suma, espera-se que o presente beneficie com bastante clareza esse novo cenário econômico e social no qual está inserido os micronegócios em nossa região e porque não dizer do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na tentativa de relacionar a temática inerente à problemática proposta nesse trabalho, sua base teórica está dividida em quatro partes. Nessa trilha, inicialmente será abordado o surgimento do empreendedorismo, seu conceito e evolução através de um embasamento histórico; a segunda parte abordará esse aspecto no Brasil e na Paraíba; enquanto a terceira parte analisará o programa MEI, explanando sua base legal, finalidade, ações e resultados; à quarta e última parte abordará o programa voltado para a cidade de João Pessoa.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo está relacionado a capacidade do indivíduo em transformar oportunidade em negócios de sucesso. Neste tópico será apresentado o histórico e surgimento desse termo, bem como seus conceitos e características. A figura do empreendedor também será abordada, pois seu papel é fundamental para a criação e inovação nas organizações com as características a serem apresentadas.

2.1.1 Histórico

O século XX foi marcado por diversas transformações desde a Revolução Industrial, que intensificaram a relação das pessoas junto às invenções frutos dessas mudanças. As invenções parecem ser oriundas de pessoas com características peculiares, que possuem visão diferenciada da vida, inovam nas suas práticas, concretizam seus sonhos.

O mundo vem passando desde então por mudanças econômicas e sociais, e uma das causas são algumas práticas empreendedoras que surgiram ao longo da história. Diante disso, deve-se estudar e entender as mesmas, a fim de conseguir uma melhor compreensão para o processo de formação do empreendedorismo.

Para muitos, o campo de pesquisa em empreendedorismo é relativamente novo, os principais pensamentos identificados sobre o termo vieram de intelectuais como Druker (1970) e Schumpeter (1950). Para Drucker (1970), a inovação é a "ferramenta própria dos

empreendedores". Ele trata da inovação como uma disciplina que pode ser ensinada e aprendida, e que leva o empreendedor a tomar conhecimento de como e onde pode obter o sucesso. Já para Schumpeter (1950), empreendedor é a pessoa capaz converter uma nova ideia ou invenção em uma inovação de sucesso. Landström, Harirchi, Aström (2012) *apud* Verga (2014), afirmam que provavelmente a função é tão antiga como o intercâmbio e o comércio entre os indivíduos na sociedade, mas este conceito não era discutido, e somente a partir da evolução dos mercados econômicos os cientistas se interessaram pelo fenômeno.

Conforme Dornelas (2013), o primeiro a utilizar o termo empreendedorismo foi Marco Polo. Durante a Idade Média o termo voltou a aparecer, dessa vez quando se relacionava a um indivíduo que corria riscos.

A atividade empreendedora veio a se expandir diante das dificuldades encontradas para fornecer novas soluções, bens e serviços e solucionar ineficiências ao longo dos séculos XVII e XVIII. A partir da intensificação e especialização da mesma, puderam se originar novas descobertas e oportunidades no campo comercial do século XVIII. Com sua continuidade e ampliação, a figura do empreendedor tornou-se mais evidente e relevante, afirma Dornelas (2013).

Seguindo uma linha histórica, pode-se identificar diversas contribuições teóricas de autores relacionados ao termo empreendedorismo, todavia as principais são feitas por Richard Cantillon (aprox. 1680-1734), em que suas contribuições descrevem que os empreendedores estavam envolvidos em trocas de mercadorias direcionadas ao lucro e decisões empresariais, tomadas em face das incertezas.

Nos últimos 50 anos, o empreendedorismo se tornou alvo de campo de pesquisa em diversas áreas como Psicologia, Sociologia, Economia e a própria Administração, o que foi fundamental para a construção de uma estrutura conceitual. Entretanto ainda não se tem um consenso preciso sobre a sua constituição, até para se definir o termo empreendedor se encontram dificuldades e restrições.

Segundo Sebrae (2015), esta é a era da internet, momento propício para a criação e formação de novos negócios, como *startups*, por exemplo. Dornelas (2013) reafirma este pensamento quando diz que os empreendedores eliminam barreiras comerciais e culturais,

encurtam distâncias, globalizam e renovam os conceitos econômicos, inventam relações de trabalho e novos empregos, quebram paradigmas e geram riqueza para a população.

2.1.2 Conceito e Características

Para Leite (2008), o empreendedorismo é visto como uma atividade executada por indivíduos específicos, envolvendo ações chaves (identificação de uma oportunidade - potencialmente valiosa no sentido prático e que possa produzir lucros sustentáveis), e as atividades ligadas a exploração e o desenvolvimento real de uma oportunidade.

Hisrich (1986) *apud* Dornelas (2013 p.91) afirma que “a palavra 'empreendedor' (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo”. Os conceitos de empreendedor e empreendedorismo precisam ser compreendidos uniformemente. Baseado neste conceito, os termos *entrepreneur* e *entrepreneurship* apresentam problemas de tradução para os principais idiomas, de acordo com sua origem francesa, e para a língua portuguesa não foi diferente. Neste caso, *entrepreneur* poderia ser traduzido como empresário. (LEITE, 2008).

Empreendedores são pessoas “que possuem motivação singular, são apaixonados pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidos e admirados, referenciados e imitados, querem deixar um legado” (DORNELAS, 1961, p.97). Reafirmando este conceito, Leite (2008, p. 146) diz que “o empreendedor é um artista, um criador. Alguém que cria novos produtos, novos empregos, novas coisas. E nunca para. Ele não cria apenas porque quer, mas também porque sente grande necessidade de realização”.

Por ser muito subjetivo, o termo empreendedorismo encontra vários significados, porém, o importante para este estudo é compreender que seu conceito está ligado à prática de empreender, de resolver um problema ou uma situação complicada, sempre agregando valor e identificando oportunidades. Um dos conceitos mais aceitos hoje é o de Hisrich & Brush (1986, p.53): “Empreendedorismo como processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas de satisfação econômica e pessoal.”

Talvez por reunir diversas características do perfil de uma pessoa empreendedora Hisrich (1986), em seu livro *Empreendedorismo*, consegue fornecer um conceito amplo, porém objetivo, que alcança as várias facetas que permeiam o estudo e entendimento do termo.

Segundo Naudé (2011), os estudiosos de economia pensam sobre o empreendedor como aquele que toma decisões de julgamento sobre a coordenação de recursos escassos e que, na maioria das vezes, está relacionado ao comportamento inovador através da criação e crescimento de uma empresa.

Como se vê os termos, empreendedor e empreendedorismo sempre estão interligados ora por suas características bem similares ora pela convergência de estrutura que os definem. É importante ressaltar, diante do contexto, que os elementos que permeiam suas estruturas conceituais demonstram claramente o aspecto inovador, sempre acompanhado de ideias que venham a tentar solucionar problemas, ou escassez de recursos, produtos ou serviços, de maneira eficiente e sempre com uma visão desenvolvimentista, atribuída pelo fato de sua característica básica de solução de problemas na tentativa clara de almejar objetivos e crescimento de resultados.

O empreendedorismo assume outro papel relevante no cenário econômico: o aumento de produção e soluções de problemas – que é o início e a construção de mudanças nas estruturas do negócio e da sociedade – os quais permitem que essas transformações sejam acompanhadas pelo crescimento e por mais produção, mas de forma que tais resultados sejam mais expansivos devido a sua divisão por mais participantes, afirma Bernardi (2003).

Segundo Fontenele (2010), apesar do empreendedorismo ter estado por um tempo esquecido na teoria do conhecimento econômico, principalmente com as contribuições de Schumpeter em 1934 e as de Kirzner, em 1973. Uma das contribuições de Schumpeter, foi destacar a figura do empreendedor na economia, apresentando-o como promotor do desenvolvimento econômico graças a sua função de inovador e a sua capacidade de realizar novas combinações com os recursos produtivos e com a noção de destruição criativa, Fontenele (2010).

O processo empreendedor envolve todas as funções, atividades e ações associadas à criação de novas empresas. Em primeiro lugar, o empreendedorismo envolve o processo de criação de algo novo, de valor. Em segundo, requer a devoção, o comprometimento

de tempo e o esforço necessário para fazer a empresa crescer. Em terceiro, que riscos calculados sejam assumidos, e decisões críticas, tomadas; é preciso ousadia e ânimo, apesar de falhas e erros, (DORNELAS, 2013,P. 114).

Para Wennekers e Thurik (1999), o empreendedorismo para o crescimento econômico é associado a dois pontos de vista: no primeiro, o empreendedor é visto como o fundador de um novo negócio, alguém que cria e depois opera esta empresa, mesmo que não exista nada de inovador neste ato; no segundo, ele desempenha um papel de inovador mais geral, visto como aquele que transforma as invenções e ideias em produtos economicamente viáveis, criando ou explorando uma nova atividade. Neste caso, um perfil de empreendedor por necessidade e outro por oportunidade, respectivamente.

O empreendedor cria novos negócios a partir de oportunidades identificadas. O termo empreendedorismo parece novo no Brasil, isso é compreensível, pois conforme apresentado anteriormente e apesar da prática existir há muito tempo, o fomento à prática iniciou há apenas 30 anos.

2.1.3 Empreendedorismo no Brasil

Segundo Dornelas (2013), o empreendedorismo no Brasil ganhou forma na década de 1990, no momento em que foram criadas entidades como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequeno Empresas - SEBRAE e a Sociedade Brasileira para Exportação - SOFTEX. Como explana esse autor (2013, p.174), “antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenos negócios”,

Ainda para o pesquisador, o Sebrae é um dos órgãos mais conhecidos do Brasil pelo pequeno empresário, que busca junto a essa entidade suporte necessário para iniciar sua empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócio. Em sua essência, o Sebrae foi um programa criado para estimular a competitividade entre as micro e pequenas empresas e, por consequência desse processo, incentivar o empreendedorismo no país.

Atualmente, o Sebrae realiza consultorias, capacitações, auxilia na formalização dos negócios, participa de feiras e eventos para divulgar produtos relacionados a gestão, entre outras

ações, como por exemplo o EMPRETEC que é voltado para estimular o empreendedorismo entre os empresários, Sebrae (2015).

Já o SOFTEX tinha o “intuito de levar as empresas de *software* do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia” (DORNELAS, 2013, pág. 181).

Com base nos dados fornecidos na página eletrônica da instituição, Softex (2015), ela foi criada em 1996 para promover a excelência do *software* no Brasil, além das iniciativas de apoio, desenvolvimento, promoção e fomento para impulsionar a indústria brasileira de *software* e serviços de TI, uma das maiores em todo o mundo, conhecida por sua criatividade, competência e fonte de talentos. O objetivo é desenvolver o país através de tecnologia da informação.

2.1.3.1 Histórico

Segundo Baron e Shane (2007), a partir da década de 1990, juntamente com o fato da abertura econômica no país, é que o empreendedorismo começou a ganhar força no Brasil, pois o ambiente econômico não era propício ao surgimento de novas empresas, quando diversos setores da economia passavam por dificuldades. Exemplos disso foram dos setores de brinquedos e confecções que enfrentavam a entrada de produtos importados sem conseguirem concorrer com seus preços.

Porém, essa mesma abertura ajudou a controlar os preços de modo geral, que era condição substancial para o país voltar a crescer, e foi a partir dessa recuperação que empresas de diversos tamanhos e setores tiveram que se modernizar para acompanhar o desenvolvimento da economia e voltar se expandir e competir de modo equivalente com os preços dos produtos vindos de fora do país.

De acordo com SEBRAE (2015), alguns momentos históricos fomentaram o empreendedorismo no Brasil e trouxeram uma série de benefícios, entre eles o Estatuto da Microempresa, firmada na Lei nº 7.256 em 27 de novembro de 1984, e o ART. 179 da Constituição Federal, que prevê o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas nos campos fiscal, tributário, trabalhista, administrativo e creditício. Baseado em dados da mesma

fonte, em 1980 o SEBRAE constituiu uma linha de crédito para empresas do Programa SEPLAN/SEBRAE.

Vianna (2012) diz que outro ponto que promoveu o empreendedorismo no Brasil foi a aprovação da Lei para micro e pequenas empresas, a Lei Geral, em 14 de dezembro de 2006, principalmente no âmbito relacionado a termos burocráticos. A Lei Geral traz os conceitos de desburocratização, desoneração, Simples Nacional, inovação, conciliação e arbitragem, sociedade de garantia de crédito e sociedade de propósito específico.

Segundo Baron e Shane (2007), o empreendedorismo foi um dos fatores que movimentou a economia do país, por isso ele apresenta um papel fundamental para o crescimento do Brasil. As oportunidades para alavancar a competitividade também estão presentes na criação e desenvolvimento dos novos negócios, novos produtos e serviços e estes foram estimulados após a aprovação da Lei Geral.

2.1.3.2 Empreendedorismo Brasileiro

A busca de um novo empreendimento está incorporada ao processo de empreender, que envolve mais do que a simples solução de problemas em uma posição administrativa típica. Um empreendedor precisa encontrar, avaliar e desenvolver uma oportunidade, superando as forças que resistem à criação de algo novo, HISRICH, PETERS & SHEPHERD (2005).

Essa definição enfatiza um dos aspectos básicos de ser um empreendedor, o processo de criação do negócio. Empreendedorismo envolve o processo de criação – criar algo novo, de valor. A criação tem que ter valor para o empreendedor e valor para o público para o qual é desenvolvida, de acordo com SEBRAE (2016).

De acordo com CNDL e SPC (2013), através de pesquisa com o mercado informal, características demonstram que pequenos empreendimentos são, em sua maioria, de estruturas simples, não possuem capacidade de produzirem ou prestarem serviços em grande escala, muitas vezes seu mercado é local (na região onde mora), dependem de mercado e fonte de suprimentos próximos onde trabalham, no entanto são livres de controle externo e tem o poder decisório no seu trabalho.

Os projetos voltados ao empreender, desenvolvidos diretamente nos municípios proporcionam um alcance e um efeito com resultados mais próximos dos desejos da própria sociedade. Além de respeitar a cultura e o modo particular de lidar com as iniciativas empreendedoras pela comunidade local. As autoridades locais têm uma função específica na implementação do processo voltado a garantir condições de empreender. Isso é possível de identificar pelo fato de que os municípios são responsáveis por um grande número de serviços públicos, importantes para permitir o funcionamento e ordenamento dos negócios no meio local, tais como: alvarás de funcionamento, licenças ambientais, tributos sobre área ocupada entre outros, assim afirma CNM e SEBRAE (2012). É também no âmbito municipal que se encontram dilemas que envolvem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e ênfase em empresas já existentes, ou optar por ações voltadas ao surgimento de micronegócios locais.

Assim, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (2012), num país com tantas pessoas empreendedoras, em geral, os negócios ao longo dos tempos acabavam por esbarrar em normas e leis que dificultavam a geração e sustentabilidade de iniciativas de abertura de negócios para os pequenos empreendedores. Na última década, diversas ações e mudanças na legislação surgiram com o intuito de diminuir o gargalo que existia dificultando o acesso de pequenos negócios ao mercado formal e seu consequente desenvolvimento. Entre estas ações estão: a nova lei da Pequena e Micro Empresa, o Simples Nacional que (estabelece novas diretrizes e procedimentos para simplificação e arrecadação de impostos), e o MEI (a lei Geral do Microempreendedor Individual).

Um estudo publicado pela revista GEM (2014), sobre empreendedorismo no Brasil em 2013, revelou que mais de 40 milhões de brasileiros estão empreendendo. Na mesma pesquisa que foi realizada em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBPQ e o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas - FGV, com o apoio do Sebrae, o Brasil foi considerado um país em fase de transição no modelo orientado (onde se há uma base de orientação externa), para a inovação (aquele em que se considera o tipo de negócio ou serviço com características inovadoras). Essa pesquisa também revelou os pontos a seguir:

- A população economicamente ativa (TEA) no Brasil é estimada em 123 milhões de indivíduos entre 18 e 64 anos. Em relação aos empreendimentos, 21 milhões (17,1%) são iniciais (17^a posição no *ranking* GEM) e 19 milhões (15,5%) estão estabelecidos (8^a posição – GEM). A média mundial de 7,9% e 6,7%, respectivamente, dito isto, estes números superam a média.
- A faixa etária dos empreendedores entre 25 a 34 anos (21,9%), com um grupo menor representado pela faixa etária entre 35 a 44 anos (19,9%). No grupo empreendedores iniciais, essas faixas etárias representam percentual de 33,1% e 25,8% do universo, respectivamente.

A *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM, tem como principal objetivo o aprimoramento da compreensão sobre a relação do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico. Historicamente, se coloca em evidência análises tradicionais sobre crescimento econômico, baseadas em níveis de emprego, crescimento do PIB - Produto Interno Bruto, entre outros, negligenciando, assim, o papel exercido pelos pequenos negócios na dinâmica da economia. O modelo conceitual do GEM, adota uma postura mais abrangente e considera a contribuição de todo tipo de negócio no desenvolvimento dos países, entre eles o Brasil, que por sua vez apresenta dados surpreendentes no quesito novos empreendimentos.

A GEM (2005), enfatiza diversos aspectos nos seus ciclos de pesquisas, permitindo assim uma análise mais profunda e real do comportamento da sociedade em relação ao desenvolvimento econômico através da implementação de novos negócios. Portanto a partir de 2005, em sua análise de dados, baseada em pesquisa de campo, passou a considerar, quanto ao período da vida dos empreendedores no que diz respeito ao estágio de seus negócios: Empreendedores iniciais com até 42 meses de vida e Empreendedores estabelecidos aqueles com mais de 42 meses de vida. Além de categorizar os empreendedores de acordo com o estágio de seus negócios, o GEM classifica-os segundo a principal motivação para empreender: motivados por oportunidade, onde se percebe uma opção rentável de negócio, ou empreender por necessidade, onde a motivação se dá pela falta de alternativa de trabalho e renda. Outro fator de extrema relevância observado na pesquisa GEM (2005), é a dedicação dos empreendedores ao negócio, se de forma integral ou parcial, observou-se que pouco mais de 70% dos

empreendedores dedicam-lhes tempo integral a atividade quando em estágio inicial e esse percentual aumenta para 80% quanto a empreendimentos estabelecidos. Em se tratando de Brasil, destaca-se que apenas 55% dos empreendedores iniciais se dedicam exclusivamente ao negócio, a dedicação integral é maior entre os empreendedores estabelecidos, demonstrando assim a forte relação entre novos negócios, empreendimentos por necessidade e incremento através de nova fonte de renda. No Brasil se registrou que quanto maior a faixa de renda de seus familiares, maior é a taxa de empreendedores estabelecidos, ficando a população com menor taxa de renda familiar caracterizada pelos empreendedores iniciais e de dedicação parcial. É importante ressaltar que a pesquisa GEM (2005), aborda diversos outros fatores perante o comportamento empreendedor por diversos países onde ela é realizada.

2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL- MEI

O microempreendedor individual – MEI é a pessoa que trabalha por sua própria conta e que se legaliza como microempreendedor, Portal MEI (2016).

2.2.1 Fundamentação e conceito

Responsável por criar a possibilidade do trabalhador informal se legalizar e passar a ter benefícios, a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, possibilitou que uma pessoa que trabalha por conta própria possa ser considerada um microempreendedor individual.

Para entender o surgimento de Microempreendedor Individual é necessário conhecer sobre a economia informal e, por consequência, a elevação da informalidade no mercado, pois foram estes fatores que desencadearam a necessidade de formalização para unidades de negócio com estas características.

Cacciamali (1983) *apud* Viana (2012, p. 34) afirma que “a economia informal surge como consequência do modelo de produção capitalista, que na busca por diminuir custos dos fatores de produção, visam trabalhar com excedentes de mão de obra”. Neste contexto, empreendimentos informais eram formados, principalmente, pelo acesso ao crédito e às condições de trabalho.

O Microempreendedor Individual foi criado com objetivo de incluir mais empreendedores da indústria, comércio e serviço no mercado. Locação de mão de obra e profissões regulamentadas que apresentam receita bruta anual de R\$36 mil não estão inclusas na categoria para realizar o cadastro, MTE (2016).

Um estudo realizado pelo Sebrae Paraíba (2009) afirmou que:

Microempreendedor Individual - 2008 - A LC nº 128/2008 adotou o conceito de empresário constante do art. 966 do Código Civil Brasileiro para definir o Empreendedor Individual. Considerando que o Empreendedor Individual deve ter receita bruta anual de até R\$36.000,00 e registro na Junta Comercial, podemos entendê-lo, para os efeitos civis, como o pequeno empresário de que trata o art. 970 do Código Civil. No entanto, para ter direito ao tratamento tributário a que se refere o art. 18-A da LC nº 123/2006, o pequeno empresário deve estar em condições de optar pelo Simples Nacional e, também, observar as condições para ser Empreendedor Individual.

Neste sentido, a Lei incentiva a formalização dos microempreendimentos informais no Brasil, principalmente pelo novo tratamento tributário através do Simples Nacional. O Quadro 1 cita todos os pontos que um Microempreendedor Individual precisa atender para se encaixar no perfil baseado na Lei Geral:

Quadro 1: Principais pontos da Lei Geral para MEI

Principais Pontos	Na Paraíba
<p>Ter auferido receita bruta no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00. Para empresas novas, o limite é de R\$ 3.000,00 multiplicados</p> <ul style="list-style-type: none"> • pelo número de meses compreendido entre a abertura e o final do exercício. • Ser optante pelo Simples Nacional e exercer atividade constante no anexo único da resolução 58 CGSN. • Ter no máximo 1 empregado que receba até 1 Salário Mínimo (ou o salário-mínimo da categoria profissional). • O Microempreendedor Individual recolherá valor fixo mensal, correspondente à soma das seguintes parcelas: R\$ 51,15 de Contribuição • para a Seguridade Social, R\$ 1,00 de ICMS e R\$ 5,00 de ISSQN. • A opção para o MEI se dará a partir de 01/07/2009. 	<p>Aqui na Paraíba a Receita Estadual disponibilizará o registro da inscrição estadual provisoriamente no site do governo até a implantação do cadastro sincronizado, quando não será mais necessário esse procedimento. A prefeitura de João Pessoa ainda não definiu como será realizado o atendimento.</p> <p>Para as atividades de comércio, o empreendedor individual deverá, de posse do número do CNPJ, acessar o site da Receita Estadual (http://www.receita.pb.gov.br), clicar no link FAC Eletrônica (Formulário de Atualização Cadastral), preencher todos os dados e optar pelo Sistema tributário SIMEI (Simples do Empreendedor Individual). Este procedimento corresponde à inscrição estadual.</p>

Fonte: Adaptado do Sebrae Paraíba (2009).

2.2.2 Resultados Gerais do MEI

De acordo com SEBRAE (2012), o microempreendedor individual é uma fonte para estimular o desenvolvimento local, pois “esta iniciativa proporcionou que mais de dois milhões de empresas surgissem garantindo segurança e novos mercados para empreendedores recentes ou que estavam na informalidade”.

O MEI é uma tentativa de formalizar os informais. Neste sentido, o Portal do Empreendedor (2015) recebeu cerca de 20 mil cadastros nos últimos meses de 2014. Esse número evidencia a adesão dos empreendedores em detrimento dos benefícios que recebem ao se formalizarem. Na Paraíba, até final de 2014, 18.333 Microempreendedores foram formalizados, segundo o mesmo *site*.

Segundo GEM (2011), os benefícios adquiridos pelos microempreendedores individuais através da criação da Lei Geral estimulou a formalização desta categoria, ampliando as oportunidades para geração de novos negócios e tornando-os mais competitivos, porém existe uma distância entre as necessidades e a oferta de programas do governo, bem como uma distância entre as políticas e os programas implementados e o empreendedor, fato que limita o campo de ação do empreendedor, gerando descontinuidades no funcionamento dos empreendimentos.

De acordo com Sebrae (2011), empreendedores de diversos ramos de atividade, elegeram a dificuldade de realizar vendas ou parcerias com o setor público, uma das principais queixas em relação ao programa. Segundo eles, o processo ainda exige bastante trâmite burocrático, dificultando assim tal acesso. Por sequência, alguns pesquisados em relação ao programa MEI elencaram como fatores não tão positivos, o processo contábil exigido pelas regras do programa e a limitação da contratar apenas um funcionário por cada empreendimento individual.

Conforme afirma pesquisa GEM (2014), diversos outros fatores positivos são abordados pelos pesquisados em sua última pesquisa realizada no Brasil, dentre eles estão: o aumento da competitividade dos seus respectivos negócios, melhor acesso a microcrédito ou financiamentos bancários, respaldo positivo perante a sociedade, aumento no número de clientes e no nível de receita de seus empreendimentos.

O processo de empreender é sem dúvida um caminho árduo, complexo e de certa forma surpreendente. É preciso estar preparado para as adversidades, ter garra para superar obstáculos, ter sorte também é importante, e possui habilidade suficiente para implementar mudanças e estar flexível a inovações. De acordo com Viana (2012), a dificuldade radica, principalmente, em encontrar uma ideia atraente e não se deixar desalentar por todos os obstáculos que há de sortear ao longo do processo. Enfim, vantagens e benefícios existem, mas se fazem esperar, há que ser paciente e persistente para conseguir conduzir com esmero este desafio. Nesta perspectiva

formaliza-se através do MEI tornou-se uma grande chance para prestadores de serviços autônomos e comerciantes informais de modo geral.

2.2.3 Bairro de Mangabeira

O Bairro de Mangabeira surgiu em 1982 a partir da construção de um conjunto habitacional, na época com 3.328 casas. Segundo Silva (2013, pag. 76), “esse bairro teve origem a partir de uma ação do Estado Brasileiro, no âmbito da dinâmica de construção de grandes conjuntos de residências do tipo popular, ou seja, moradias para fins sociais”.

Devido ao crescimento da cidade, o ex-governador Tarçísio Buriti decidiu ampliar o conjunto para a Zona Sul para acolher as classes mais baixas, visto que outros bairros da cidade já estavam superpovoados. A princípio o conjunto sofreu problemas com a infraestrutura. O nome se deu devido a quantidade de fazendas de mangabas que existia na época (SILVA, 2013).

Mangabeira possui aproximadamente 80 mil habitantes, em sua maioria jovens entre 25 e 30 anos, o bairro é também formado por maior parte de pessoas do sexo feminino, praticamente 55% assim confirma dados do IBGE (2010). Trata-se do bairro mais populoso da cidade de João Pessoa e o sexto na Paraíba, ficando atrás apenas de cidades como Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux e Cabedelo.

De acordo com IBGE (2015), a maior parte de seus habitantes é alfabetizada. Nos quase 2.000 domicílios existentes do bairro, a maior parte deles, praticamente 90%, são casas, e sua renda **per capita** gira em torno de R\$ 850,00.

Atualmente Mangabeira é um dos polos de desenvolvimento econômicos em João Pessoa, possui mais de 80 mil habitantes e representa 10% do eleitorado da cidade. Possui a segunda maior concentração de estabelecimentos da capital, além de oferecer uma grande variedade de estabelecimentos, contemplando setores de serviços, comércio e indústria, ficando atrás apenas do centro de João Pessoa, afirma Jornal da Paraíba (2013).

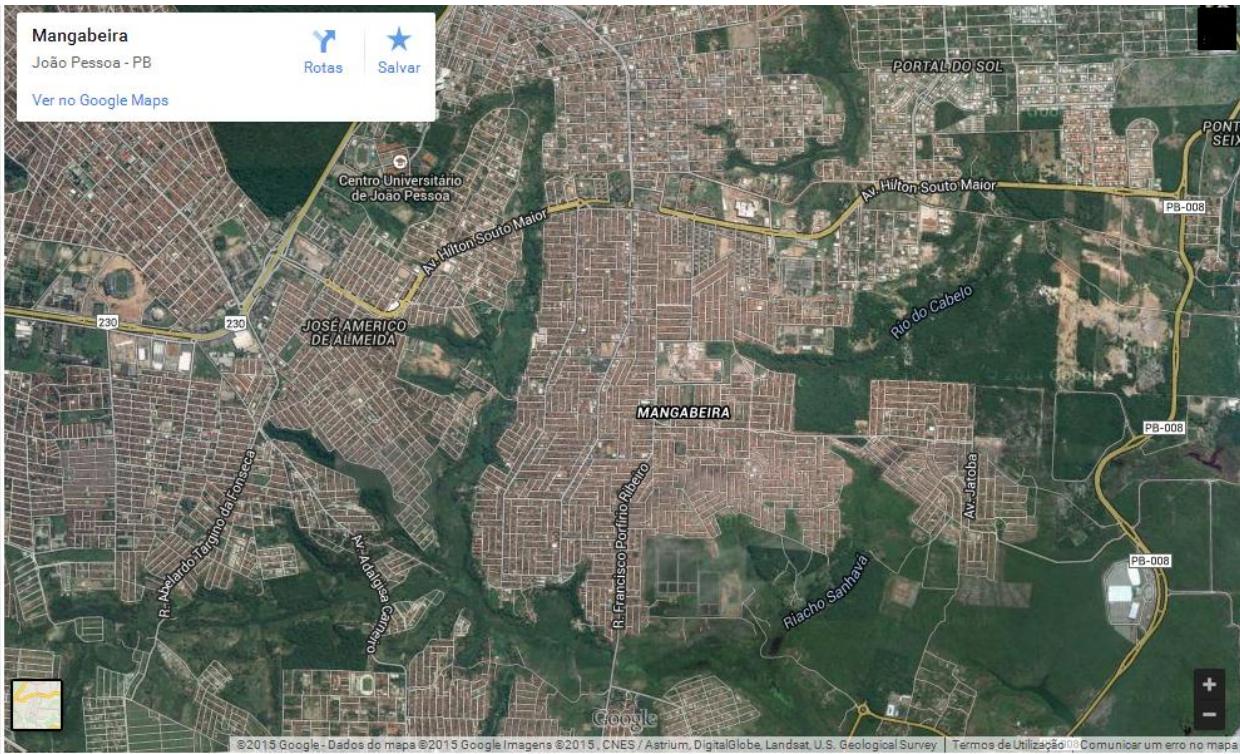


Figura 1: Mapa de Mangabeira

Fonte: <http://www.portalmangabeira.com.br>, acesso em 10 de fevereiro de 2015.

Segundo a CDL (2013), o bairro é muito representativo perante o comércio varejista, pois oferece todo tipo de produto em seus estabelecimentos, chega a ser denominado por alguns moradores como o segundo centro da cidade de João Pessoa. Atualmente o comércio se divide em 3 grandes avenidas, que são as suas principais vias urbanas, porém, nos últimos anos vêm se desenvolvendo para outras localidades do Bairro também, e se expandindo através de outros setores, como é o caso da indústria, a partir do Distrito Industrial de Mangabeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Andrade (2012), o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na procura do conhecimento compõe a metodologia. A seguir serão apresentados os aspectos metodológicos que delinearam os caminhos seguidos durante a realização desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa teve caráter descritivo, pois apresentou os microempreendedores individuais, mostrando o funcionamento do programa MEI e esclarecendo se as ações desenvolvidas pelo mesmo estão sendo benéficas para os empreendedores. De acordo com Barros (2007), a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem contudo, entrar no mérito dos conteúdos. É nesse tipo de pesquisa onde realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto, afirma Perovano (2014).

Dessa maneira, o estudo apresenta uma abordagem quantitativa. A pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, desde a coleta de dados até o tratamento desses por meio de técnicas estatísticas; representa a intenção de garantir a precisão dos dados, evita distorções de análise e possibilita uma margem de segurança quanto às inferências (RICHARDSON, 1999).

Na abordagem quantitativa, utilizada nesse trabalho, o pesquisador utilizou para a coleta de dados procedimentos estatísticos, para isso foi utilizado o método *Survey*.

Segundo Freitas (2000), esse método permite a produção de descrições quantitativas de uma população, além da utilização de instrumentos pré-definidos.

Já conforme Barbbie (2001), outra vantagem desse método é a elaboração de enunciados descriptivos sobre o público-alvo, que admite como foco adicional fazer asserções explicativas sobre a população estudada.

Para este estudo, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Segundo Andrade (2012, p. 28), “fontes primárias são constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto”, que, no presente caso, corresponderam aos resultados encontrados através da pesquisa de campo.

Já as fontes secundárias foram pesquisadas através de livros, artigos, sites na Internet.

Segundo Cunha (2001), contêm, informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo, são na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles.

Assim, foi realizado um estudo prévio da literatura específica sobre empreendedorismo e Microempreendedor Individual, o MEI.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Universo é o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características representativas da população-alvo do estudo. O universo desta pesquisa é indefinido, não se encontrando nenhuma instituição que possua o número ou um cadastro específico desse quantitativo de empreendedores formalizados por bairro. A amostra se traduz em um subconjunto do universo da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características do universo, afirma Gil (2008).

O universo desta pesquisa foram todos micronegócios formalizados através do MEI no bairro de mangabeira, desde o período onde se inicia o programa em todo Brasil, 2009. Foi considerado para esse estudo os que já foram comerciantes informais, para fim de se fazer uma comparação do antes e depois de suas formalizações, a fim de que o empreendedor tivesse a percepção mais acerca das ações desenvolvidas pelo MEI e do desenvolvimento de seu negócio após a formalização.

Sendo assim, foram aplicados questionários a dezenas de microempreendimentos individuais, sendo obtido um retorno total, a fim de assegurar resultados mais próximos da realidade.

3.3 SUJEITOS E AMBIENTE DA PESQUISA

O público-alvo estudado nesta pesquisa foi os microempreendedores formalizados de diversos segmentos do Bairro de Mangabeira, localizado na cidade de João Pessoa (PB).

A escolha do ambiente da pesquisa se deu por vários motivos, dentre eles, Mangabeira é o maior bairro da cidade e o mais populoso, de acordo com o censo IBGE (2010), além disso, o comércio local é bem desenvolvido, sendo considerado um subcentro no interior da cidade.

Com base em um grupo de microempreendedores do bairro estudado, será possível quantificar informações coletadas, classificá-las e fazer um mapeamento das percepções dos empreendedores sobre as vantagens proporcionadas pelo programa MEI.

3.4 ESTRATÉGIAS E COLETA DE DADOS

“Para a coleta de dados deve-se elaborar um plano que especifique os pontos de pesquisa e os critérios para a seleção dos possíveis entrevistados e dos informantes que responderão aos questionários ou formulários” (Andrade, 2012, p.137). Assim foram definidas algumas etapas para a coleta de dados.

Segundo Matias Pereira (2012, p. 92), no que tange à população e à amostra, “trata-se de informações que envolvem o universo a ser estudado, extensão da amostra e a forma como será selecionada”. Segundo este mesmo autor, a amostra pode ser probabilística ou não probabilística, neste caso será selecionada a segunda opção, devido ao prazo para conclusão da investigação.

A partir da seleção das unidades amostrais, foram analisadas as informações referentes ao perfil e características dos empreendedores e dos seus respectivos negócios. Avaliou-se, através de um formulário estruturado pela técnica de *Survey* com questões fechadas, a percepção dos empreendedores em relação às mudanças nos empreendimentos após a adesão ao Programa MEI

e os resultados percebidos após a formalização. O método *Survey* é um construtor de questionários também utilizado para pesquisas acadêmicas. Para Mello (2013), é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro. Utiliza-se questionário, e o mesmo deve ser administrado pelo pesquisador, que pode enviá-los aos entrevistados, por meio impresso ou eletrônico, sendo possível oferecer assistência ou não para o preenchimento ou fazer a pesquisa presencialmente por telefone ou ainda via Internet. Nesta pesquisa, o questionário foi aplicado pessoalmente para evitar possíveis falhas de entendimento/respostas por não se ter ideia do nível educacional dos respondentes.

3.5 TRATAMENTO DE DADOS

O formulário aplicado diretamente aos microempreendimentos do Bairro de Mangabeira, com base no método *Survey*, foi composto por questões fechadas e abertas, e que têm base na revisão teórica apresentada neste estudo. Segundo Malhotra (2001), os objetivos principais é traduzir a informação necessária em um conjunto de questões específicas, motivar os respondentes a complementarem o questionário e tornar o mínimo o erro das respostas.

Com base no referencial teórico, o instrumento comprehende três partes: a primeira e segunda parte compostas por perguntas fechadas apresentadas aos respondentes um conjunto de alternativas a respeito do seu perfil e de seus respectivos empreendimentos; a terceira parte com perguntas fechadas e abertas, permitiu avaliar na ótica e percepção dos próprios microempreendedores, fatores positivos e negativos após a formalização de seus negócios, e o graus de satisfação de cada um após a adesão junto ao programa MEI.

Dessa forma, após a coleta, as respostas foram tabuladas no *Microsoft Excel*, fazendo uso de frequências relativa e absoluta para elaboração das análises.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com os microempreendedores formalizados do Bairro de Mangabeira na cidade de João Pessoa-PB.

A análise de dados está dividida em três partes: inicialmente é apresentada a etapa de caracterização dos respondentes e seus perfis, subdividida em: Gênero, Faixa Etária, Escolaridade e Renda Familiar. A segunda parte diz respeito à caracterização dos micronegócios e de suas relações junto aos microempreendedores, onde se divide em: Atividade Econômica, Dedicação, Conhecimento e Experiência no Negócio. Por fim, a terceira e última parte da pesquisa de campo, aborda a percepção de fatores positivos / negativos pelos empreendedores após adesão ao programa MEI e mede o grau de satisfação dos mesmos em relação a ela.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES

As características dos microempreendedores individuais foram analisadas a partir dos seguintes indicadores: gênero, faixa etária, escolaridade e renda familiar. Tais indicadores caracterizam superficialmente os aspectos pessoais dos microempreendedores. Vale ressaltar que todos eles são formalizados através do programa MEI, critério básico adotado para participar desta investigação.

4.1.1 Gênero dos Microempreendedores Individuais

O estudo buscou identificar, por gênero, a participação dos microempreendedores individuais no bairro de Mangabeira em João Pessoa-PB. Segundo esta pesquisa de campo, identificou-se que o gênero masculino possui 44%, e o feminino 56% da distribuição percentual, visualizada na tabela 01:

Tabela 01: Gênero do Microempreendedor Individual

GÊNERO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
MASCULINO	7	44,0
FEMININO	9	56,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Esses números refletem um cenário real, segundo pesquisas também realizadas pelo Sebrae (2012) e pela GEM (2014), onde demonstram que, nos últimos anos, as mulheres estão cada vez mais partindo para o setor empreendedor, principalmente no ramo do comércio, como forma de complementar a renda familiar e muitas vezes como atividade principal, se dedicando de maneira integral, característica importante que se abordará mais a frente.

4.1.2 Faixa Etária dos Microempreendedores Individuais

Os microempreendedores pesquisados do bairro de Mangabeira são predominantemente adultos, conforme mostra Tabela 02. A faixa etária que maior corresponde esses dados é entre 36 e 45 anos, somando 40% do total de pesquisados. Comparando estes números com as informações da pesquisa GEM (2012), vê-se que a faixa etária até 40 anos, formada em sua grande parte por jovens adultos, está sendo a porta de entrada destes para o empreendedorismo, deparando-se com a possibilidade de montarem e até mesmo solidificarem seu próprio negócio.

Tabela 02: Faixa Etária dos Empreendedores em Mangabeira

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
18 A 25	1	6,0
26 A 35	3	17,0
36 A 45	6	40,0
46 A 55	4	25,0
MAIS DE 55 ANOS	2	12,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.1.3 Escolaridade dos Microempreendedores Individuais

No Brasil Segundo GEM (2012), à exceção de empreendedores por necessidade, em todos os outros parâmetros de análise, é maior a dinâmica empreendedora nos estratos mais escolarizados.

O nível de escolaridade constitui um importante fator gerador de produtividade para o microempreendedor, influenciando diretamente as práticas e ações desenvolvidas no âmbito do negócio, conforme afirma Silva (2010). Na tabela 03, é evidenciado que o maior número de pesquisados possui nível médio de escolaridade cerca de 44%, seja esse nível de escolaridade completo ou incompleto. Chama atenção também o percentual de entrevistados que possuem nível superior de ensino, mesmo que seja incompleto, em que aproximadamente 25% dos respondentes possuem ou estão cursando nível superior.

Tabela 03: Escolaridade dos Empreendedores em Mangabeira

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
FUND. INC./COMP.	5	31,0
MÉDIO INC./COMP.	7	44,0
SUPERIOR INC./COMP.	4	25,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.1.4 Renda Familiar dos Microempreendedores Individuais

A sobrevivência dos negócios é um fator de aumento na rendas das famílias que optam pela atividade empreendedora, onde se coloca o microempreendedor individual como uma delas, pois a renda familiar exerce uma influência direta sobre o nível da atividade, assim explica pesquisa GEM (2012). Conforme Tabela 04, identificou-se que a maior parte dos entrevistados se encaixam na faixa de renda que está até R\$ 2.000,00, seguidos logo após pelos respondentes que possuem até R\$ 1.000,00 de renda mensal familiar. Tais informações dão a percepção que a grande maioria dos entrevistados que empreendem como microempreendedores no bairro de Mangabeira faz parte da grande fatia que percebe renda familiar até R\$ 2.000,00.

Tabela 04: Renda Familiar dos Empreendedores em Mangabeira

RENDAS FAMILIAR	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
ATÉ R\$ 1.000,00	5	31,0
R\$ 1.000,01 A 2.000,00	6	40,0
R\$ 2.000,01 A 3.000,00	3	17,0
ACIMA DE R\$ 3.000,01	2	12,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MICRONEGÓCIOS

Os empreendimentos foram caracterizados de acordo com sua atividade econômica, com o tempo em que o empreendedor se dedica ao empreendimento, com o nível de conhecimento que cada empreendedor possui sobre o negócio e com a quantidade de experiência que já se possui, ou não, sobre o empreendimento individual.

4.2.1 Atividade Econômica dos Micronegócios

Observa-se que, na Tabela 05, 100% dos entrevistados atuam no ramo do comércio, isso porque a pesquisa foi realizada justamente num bairro extremamente comercial, então isso fez com que o universo da amostra tenha sido se restringido a especificamente micronegócios do comércio, mesmo que alguns respondentes trabalhassem na produção e/ou transformação de alguns de seus produtos, porém os mesmos não se consideraram pertencer ao ramo industrial. Assim, os percentuais aqui encontrados, refletem fielmente uma tendência de concentração de empreendimentos comerciais no Bairro de Mangabeira.

Tabela 05: Setor de Atividade dos Empreendedores em Mangabeira

ATIVIDADE ECONÔMICA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
INDÚSTRIA	0	0,0
COMÉRCIO	16	100,0
SERVIÇOS	0	0,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.2.2 Dedicação ao Negócio

Em pesquisa mundialmente realizada pela GEM (2012), constatou-se que mais de 70% dos empreendedores iniciais (aqueles que já iniciam os negócios formalizados) dedicam tempo integral ao negócio. Quando se reproduz essa pesquisa no Brasil, o cenário modifica bastante, pois esse percentual diminui para 55% dos empreendedores que se dedicam exclusivamente ao negócio.

Na presente pesquisa, realizada com os empreendedores formalizados no bairro de Mangabeira, o cenário é pouco parecido com os dados anteriores, conforme pode-se verificar através da Tabela 06. Nela, um percentual de mais de 80%, afirmam se dedicarem integralmente ao negócio, e apenas pouco mais de 10%, evidenciaram se dedicar de forma parcial aos seus empreendimentos. De acordo com GEM (2012), o baixo percentual de empreendedores de dedicação parcial ao negócio tem relação direta com a forma que se implementou o mesmo, (de maneira por oportunidade ou necessidade), quando se empreende por oportunidade, geralmente a renda familiar não é composta substancialmente pelo negócio, geralmente se tem outra fonte de renda pessoal ou familiar.

Tabela 06: Dedicação aos Negócios dos Empreendedores em Mangabeira

DEDICAÇÃO AO NEGÓCIO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
PARCIAL	2	12,0
INTEGRAL	14	88,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.2.3 Conhecimento do Negócio

Apesar da confiança que se tem nas próprias habilidades, nem sempre isso é suficiente para abrir um novo negócio ou empreender na área, afirma Sebrae (2015). Segundo estudo realizado pela GEM (2012), alguns fatores como insegurança, necessidade de maior apoio ou orientação técnica e acesso a crédito inicial, muitas vezes são decisivos na abertura de novos empreendimentos.

Tendo em vista tais fatores e informações, foi perguntado na pesquisa de campo, aos microempreendedores do bairro de Mangabeira, o nível de conhecimento do negócio por parte dos mesmos, a fim de extrair uma melhor percepção sobre o perfil de entendimento desses empreendedores sobre seus próprios negócios.

Tabela 07: Conhecimento dos Negócios dos Empreendedores em Mangabeira

CONHECIMENTO DO NEGÓCIO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
POUCO	1	6,0
RAZOÁVEL	10	63,0
MUITO	5	31,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Como revela a Tabela 07, a maior parte dos pesquisados afirmou deter um razoável conhecimento sobre o negócio, demonstrado percentualmente por 63% da amostra e trazendo um cenário positivo, já que dessa forma deixa claro que pode oferecer um bom ‘produto’ final através da atividade que exerce.

4.2.4 Experiência no Negócio

Na Tabela 08, pode-se verificar que, em sua grande maioria, os entrevistados afirmaram possuir mais de 05 anos na atividade em que empreendem, representando percentualmente 57% do total dos respondentes. É relevante ressaltar que a maior parte desses empreendimentos já possui maturação bastante sólida, tendo em vista que, segundo dados do Sebrae (2011), um percentual muito alto de novas empresas fecham antes mesmo do seu segundo ano de atividade. Assim, a pesquisa, ao que tudo indica, evidencia o quão sólidos estão no mercado os micronegócios investigados a partir deste trabalho.

Tabela 08: Experiência no Negócio dos Empreendedores em Mangabeira

EXPERIÊNCIA NO NEGÓCIO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
NÃO POSSUI	0	0,0
ATÉ 01 ANO	2	12,0
DE 01 A 03 ANOS	4	25,0
DE 03 A 05 ANOS	1	6,0
MAIS DE 05 ANOS	9	57,0
TOTAL	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.3 ADESÃO E GRAU DE SATISFAÇÃO JUNTO AO MEI

A terceira e última parte da análise de dados aborda a percepção dos empreendedores através de fatores positivos / negativos após adesão ao programa MEI, que mediu também, através de questionário, os seus graus de satisfação com o programa.

4.3.1 Fatores Positivos Após Adesão ao MEI

Abordado no desenvolvimento deste trabalho, viu-se que em pesquisas anteriormente realizadas, alguns fatores se tornaram familiares nas opiniões de diversos microempreendedores após sua adesão ao programa MEI, desta forma, a Tabela 09, revela em percentuais o quanto os respondentes indicaram avaliar e/ou concordar com os mesmos naquele momento.

Os fatores que sobressaem entre os fatores positivos, na opinião dos pesquisados, são o acesso ao micro crédito e/ou financiamento e o aumento da competitividade, ambos com percentual de 63%. Em seguida, acompanham com o mesmo percentual de 56% fatores como o aumento ou incremento da receita juntamente com a elevação no número de clientes. Por fim, os empreendedores pesquisados avaliaram que o fator positivo que menos se percebeu após as adesões ao MEI foi o reconhecimento perante a sociedade, com apenas um percentual de 44%, conforme a Tabela 09.

Tabela 09: Fatores Positivos Após Adesão ao MEI

FATORES POSITIVOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		TOTAL	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)		TOTAL
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	
AUMENTO OU INCREMENTO DA RECEITA	9	7	16	56,0	44,0	100,0
ELEVAÇÃO NO NÚMERO DE CLIENTES	9	7	16	56,0	44,0	100,0
TORNOU-OS MAIS COMPETITIVOS	6	10	16	37,0	63,0	100,0
ACESSO A MICROCRÉDITO E/OU FINANCIAMENTOS	11	5	16	69,0	31,0	100,0
RECONHECIMENTO PERANTE A SOCIEDADE	7	9	16	44,0	56,0	100,0
OUTROS	0	0	16	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

4.3.2 Fatores Negativos Após Adesão ao MEI

Observou-se que no desenvolvimento deste trabalho, alguns fatores negativos em relação à pós-formalização ao programa MEI foram abordados em pesquisas anteriormente, conforme afirma Sebrae (2012).

Alguns desses fatores sobressaem na opinião dos pesquisados, que avaliaram o seguinte: burocracia ao vender ao setor público, dificuldade em realizar a parte contábil de seus empreendimentos e o limite de contratar apenas um funcionário por cada empreendimento formalizado. Dentre esses, o fator que recebeu maior insatisfação pelos pesquisados foi a dificuldade em realizar a parte contábil de seus respectivos empreendimentos com um percentual superior a 90%. Já os outros dois fatores avaliados tiveram percentual de insatisfação muito parecido, onde o limite de contratar apenas um funcionário por cada empreendimento atinge 56% de percentual e a burocracia ao vender ao setor público com 44% de percentual como se verifica na Tabela 10.

Tabela 10: Fatores Negativos Após Adesão ao MEI

FATORES NEGATIVOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		TOTAL	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)		TOTAL
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	
BUROCRACIA AO VENDER AO SETOR PÚBLICO	7	9	16	44,0	56,0	100,0
DIFICULDADE EM REALIZAR PARTE CONTÁBIL	15	1	16	94,0	6,0	100,0
LIMITE DE CONTRATAR APENAS UM FUNCIONÁRIO	9	7	16	56,0	44,0	100,0
OUTROS*	2	14	16	12,0	88,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

*Empreendedores pesquisados que mencionaram fatores que não correspondiam previamente ao questionário.

Como indica a Tabela 10, dois dos pesquisados mencionaram fatores que não correspondiam previamente ao questionário base para a entrevista. Com o intuito de apresentar um cenário mais próximo da realidade junto aos empreendedores, no que diz respeito aos fatores que os causam insatisfação a partir do programa MEI, evidenciaremos aqui os mesmos:

- Limite de R\$ 60.000,00 em receita declarada anualmente;
- Desaposentação (o fato de alguns aposentados continuarem contribuindo mensalmente com o INSS, após se formalizarem como MEI, e não poder refazer o cálculo referente a tais contribuições).

4.3.3 Grau de Satisfação Após Adesão ao MEI

Ao fim do questionário, foi pesquisado dentre os microempreendedores do bairro de Mangabeira em, qual seria o grau de satisfação dos mesmos após a adesão de seus empreendimentos junto ao MEI.

De acordo com a Tabela 11, em sua grande maioria há uma satisfação por parte dos respondentes, onde mais de 80% dos entrevistados responderam positivamente, já 44% indicaram estarem levemente satisfeitos com o programa e 38% afirmaram estarem satisfeitos com o mesmo.

Tabela 11: Grau de Satisfação Relativo a Adesão ao MEI

GRAU NUMÉRICO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO EQUIVALENTE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
1	Bastante Insatisfeito	0	0,0
2	Insatisfeito	0	0,0
3	Levemente Insatisfeito	0	0,0
4	Neutro	2	12,0
5	Levemente Satisfeito	7	44,0
6	Satisfeito	6	38,0
7	Bastante Satisfeito	1	6,0
TOTAL		16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

É importante ressaltar que apenas 6% dos entrevistados, percentual esse que corresponde a apenas um dos empreendedores, demonstrou estar bastante satisfeito com a formalização de seu empreendimento junto ao programa, dado esse que vem a corroborar com os demais dados já apresentados anteriormente no trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa MEI já possui sete anos de funcionamento em todo o país, mesmo assim não se tem ainda uma avaliação completa e aprofundada do mesmo, além do que o Sebrae, Portal do Empreendedor, juntamente com o Ministério do Trabalho Emprego, disponibilizam em termos de ações efetivas, informações e dados relevantes, respectivamente.

No presente estudo, pretendeu-se realizar uma avaliação preliminar na percepção dos microempreendedores do Bairro de Mangabeira em João Pessoa-PB, sobre o impacto das ações do MEI junto aos seus respectivos micronegócios.

Assim, a pesquisa analisou, por meio de um estudo quantitativo, de que forma o MEI contribuiu após tais formalizações, para isso foram investigadas características dos microempreendedores e seus respectivos negócios, quais fatores puderam ou não contribuir para o desenvolvimento dos mesmos, assim como o nível de satisfação desses empreendedores em relação ao programa após terem se formalizados. A partir desse objetivo geral, são evidenciadas as principais conclusões desse estudo, mostradas em respostas às questões levantadas na pesquisa e à situação problemática apresentada, bem como algumas limitações e por fim sugestões para possíveis futuras pesquisas.

5.1. RESPOSTAS À QUESTÃO DE PESQUISA

Quanto às características dos microempreendedores e seus respectivos negócios formalizados pelo MEI no Bairro de Mangabeira, a pesquisa procurou apresentar através de pesquisa de campo realizada, características dos empreendedores individuais colocando seus perfis em evidência, assim como seus respectivos micronegócios. Houve alguns fatos relevantes que vale destacar tais como: uma participação significativa por parte das mulheres na gestão desses micronegócios, superando em percentual masculino e evidenciado o quanto importante está sendo essa maior inclusão da mulher no mercado de trabalho não só como assalariada, mas também como gerenciadora de negócios; no quesito idade, homens e mulheres entre seus 36 e 45 anos foi predominantemente a faixa etária mais relevante entre todos entrevistados na pesquisa;

mostra também a importância do nível de escolaridade como forma de capacidade para poder administrar seus negócios, onde a grande maioria possui nível médio muitas vezes completo, e um percentual de 25% dos respondentes com nível superior em andamento; a faixa de renda mensal é mediana, não ultrapassando R\$ 2.000,00 para maior parte dos pesquisados, levando em consideração que a grande maioria se dedica exclusivamente aos seus respectivos negócios, há de considerarmos que essa renda não é tão relevante.

Em relação a atividade econômica, o comércio obteve maioria relevância, tendo em vista que toda pesquisa foi realizada em micronegócios de tal setor. Já no quesito dedicação ao negócio por parte dos microempreendedores, mais de 80% deles se consideram integralmente dedicados ao gerenciamento de seus respectivos empreendimentos, possuindo em grande parte um razoável conhecimento dos produtos que se vende e que se trabalha. Os pesquisados afirmaram de maneira expressiva que já estão há bom tempo trabalhando em seus respectivos negócios, respondendo que possuem em média mais de cinco anos de experiência nos mesmos.

Em relação à avaliação por parte dos microempreendedores de fatores positivos e negativos, previamente abordados na pesquisa, temos a seguinte percepção por parte dos mesmos: dentre os fatores positivos o que mais se destacou foi a possibilidade de tais empreendedores terem acesso a pequenos empréstimos ou microcréditos (liberados especificamente para pequenas reformas, estruturações, compra de suprimentos ou matérias, até mesmo capital de giro para seus negócios); seguidos pelos fatores de aumento da receita juntamente com o aumento do número de clientes, tendo em vista que o crescimento de ambos são diretamente proporcionais; pouco menos da metade dos entrevistados elegeram o reconhecimento de seus negócios perante a sociedade como um fator de relevância após suas devidas formalizações junto ao MEI, assim como o fator do mesmo o tornarem mais competitivos. Já em relação a fatores negativos após adesão ao programa MEI, além da avaliação já mencionada anteriormente tivemos também dois fatores mencionados pelos respondentes, já expostos anteriormente (limite da faixa de declaração anual de rendimentos e a desaposentação), que não estavam previamente expostos. Dentre os fatores negativos a dificuldade de realizar a parte contábil por parte dos empreendedores obteve maior nível de insatisfação, seguidos pelo limite imposto pelo programa de se contratar até um funcionário por cada microempreendedor individual.

Em se tratando do grau de satisfação dos empreendedores de Mangabeira após adesão ao MEI, de maneira geral, foi respondido positivamente, tendo em vista que não houve nenhuma menção negativa ou de insatisfação, houve sim alguns aspectos que podem e devem ser melhorados, mas são adequações que com o decorrer do tempo é possível de ser feito já que o programa ainda não foi implementado, há menos de 10 anos em todo país, e sabemos que existem diversos aspectos regionais e locais que influenciam no andamento e desenvolvimento da economia e, consequentemente, dessa faixa de empreendimentos e suas especificidades.

5.2. LIMITAÇÕES

A pesquisa aqui realizada percebeu limitações como o fato do programa ainda ser recente em sua implementação e efetividade, até mesmo tendo por base a diversificação econômica e social das regiões do Brasil e seus Estados.

Historicamente o Bairro de Mangabeira possui uma tradição no comércio informal, então se formalizar, para muitos comerciantes foi uma questão de mudança muito grande em seus empreendimentos e a forma de como administrá-los, isso impactou a forma como muitos sentiram essa mudança de patamar, afetando assim, como as ações do MEI não teriam sido efetivamente colocadas em prática.

Outro aspecto a ser observado é o fato de que o programa por ser recente, necessita em curto prazo de melhoramentos, tendo em vista as condições adversas na economia que o país enfrentou e enfrenta, isso também influencia para que intervenções sejam praticadas por parte do governo federal.

Por fim, existe um longo caminho a ser trilhado nas atividades de suporte e acompanhamento aos microempreendedores individuais, tais como: capacitação, treinamentos, melhor acesso a crédito e serviços contábeis, ações de *marketing* de baixo custo em mídias sócias e coletivas entre outras, fazendo com isso que os micronegócios possam se estruturar e se desenvolverem de maneira sustentáveis.

Desta forma, ter sido realizada em um bairro da cidade de João Pessoa, a pesquisa por não deve ser passível de parâmetro para outras cidades ou até mesmo outros bairros, tendo em vista as

especificidades de cada localidade, demandando assim, uma análise mais profunda e individual em cada região a fim de se verificar outras realidades.

5.3. SUGESTÕES

Sugere-se, aqui, se realizar uma pesquisa comparando microempreendedores formalizados pelo programa MEI e não formalizados a fim de verificar quais reais fatores positivos ou negativos foram sentidos pelos mesmos em seus empreendimentos.

Outra sugestão seria para realizações de novas pesquisas, principalmente uma pesquisa qualitativa visando responder o objetivo aqui proposto: *“De que maneira a formalização através do MEI contribuiu para o desenvolvimento dos microempreendimentos no Bairro de Mangabeira?”*.

Dito isso, sugere-se aqui replicar o estudo realizado, a fim de se obter novos resultados e compará-los, de maneira passível de comparações, tendo em vista acompanhamento dos empreendimentos e suas evoluções ao decorrer do tempo, mensurando até mesmo outros fatores com intuito de quem sabe obter resultados mais aprofundados sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. and Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**, 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2012. VitalBook file.

BARON, R. A.;SHANE, S. A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007

BERNARDI, Luiz Antônio. **manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2002.

BESSANT, John. Tidd, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009. CNDL. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/>>. Acesso em: 04 de Maio de 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS E SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Boas práticas municipais na aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas** / Vários autores – Brasília, 2012.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis, **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3^º ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2006.

Empreendedorismo no Brasil: 2005 / , Simara M. de S. S. Greco... [et al.]. – Curitiba: IBPQ, 2006.

_____. **Empreendedorismo - Transformando ideias em negócios**. 5^a ed. Rio de Janeiro 2013.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. **The Global Entrepreneurship Monitor**. Curitiba: IBPQ, 2012.

IBGE CENSO 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=250750&search=paraiba|joao-pessoa|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 de Junho de 2015.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo** – São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAIS, Ricardo Cavalcanti. **A política da micro empresa individual e a informalidade das relações de trabalho:** a experiência brasileira de 2008 a 2012. São Luiz, 2013.

MTE3. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/>>. Acesso em: 27 de Outubro de 2014.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual. Acesso em 23 de janeiro de 2015.

PORTAL MANGABEIRA. Disponível em: <<http://www.portalmangabeira.com.br>>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2015.

PORTAL PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.portalparaiba.com.br>>. Acesso em: 26 de Novembro de 2016.

Sebrae MEMORIAL SEBRAE. Disponível em: <memorial.sebrae.com.br/#>. Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

SEBRAE Paraíba. Disponível em: <

www.sebraepb.com.br:8080/temp/portal/EmpreendedorIndividual.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2015.

SEBRAE. Disponível em: <ois.sebrae.com.br/publicacoes/gem-empreendedorismo-no-brasil/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

SEBRAE. Disponível em: <ois.sebrae.com.br/publicacoes/gem-empreendedorismo-no-brasil/>. Acesso em: 25 de Outubro de 2016.

SEBRAE. **perfil do microempreendedor individual 2012.** Série Estudos e Pesquisas: SEBRAE, 2012.

SILVA, Priscila Anne Monteiro da. **Bairro de Mangabeira:** um subcentro urbano na cidade de João Pessoa/PB. Priscila Anne Monteiro da Silva. – João Pessoa, 2013.

SOFTEX. Disponível em: <www.softex.br>. Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

SCHUMPTER, J. A. **teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIANNA, Marcos Otávio dos Santos. **Programa “Empreendedor Individual”:** uma avaliação preliminar na perspectiva dos empreendedores. São Cristóvão, 2012.

APÊNDICE A

Pesquisa de campo para TCC

Título: CONTRIBUIÇÕES DAS FORMALIZAÇÕES ATRAVÉS DO PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MICRO EMPREENDIMENTOS DO BAIRRO DE MANGABEIRA

Objetivo: ANALISAR A CONTRIBUIÇÃO QUE O MEI PROPORCIONOU AOS MICRO NEGÓCIOS INFORMAIS DO BAIRRO DE MANGABEIRA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, NA PERCEPÇÃO DOS EMPREENDEDORES.

Formulário

1º Parte - Caracterização do respondente:

1. Gênero: Masculino Feminino.
2. Faixa Etária? Entre 18 e 25 anos Entre 26 e 35 anos
 Entre 36 e 45 anos Entre 46 e 55 anos Mais de 55 anos.
3. Escolaridade: Até o 4º ano do Ensino Fundamental Do 5º ao 9º Ano do Ensino Fundamental Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo Superior Incompleto Superior Completo Outros.
4. Renda Familiar: Até R\$ 1.000,00 Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00 Entre R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00 Acima de R\$ 3.000,00

2ª Parte - Caracterização do negócio:

5. Setor de Atividade: Indústria Comércio Prestação de Serviços
6. Dedição ao Negócio* (Diz respeito à forma como o empreendedor se dedica ao negócio, se de maneira parcial, às vezes até possuindo outra ocupação, ou de maneira integral, se dedicando exclusivamente ao negócio, segundo GEM (2005)): Integral Parcial.

7. Conhecimento do Negócio* (Diz respeito à quanto o empreendedor conhece sobre o negócio que trabalha, segundo GEM (2005)): () Pouco () Razoável () Muito.
8. Experiência no Negócio: () Não possui () Até 01 ano () De 01 a 03 anos () De 03 a 05 anos () Acima de 05 anos.

3^a Parte – Adesão ao MEI e seu grau de satisfação:

9. O que o/a Sr.º/Sr.ª teve como fator positivo após sua adesão?

[Pode responder várias alternativas]

- Aumento ou incremento da receita: () Sim () Não.
 Elevação no número de clientes: () Sim () Não.
 Tornou-os mais competitivos: () Sim () Não.
 Acesso a microcrédito e/ou financiamento: () Sim () Não.
 Reconhecimento perante a sociedade: () Sim () Não.
 () Outros _____.

10. O que o/a Sr.º/Sr.ª teve como fator negativo após sua adesão?

[Pode responder várias alternativas]

- Burocracia em tentar vender ao setor público: () Sim () Não.
 Dificuldade em realizar parte contábil: () Sim () Não.
 Limite de contratar apenas um funcionário: () Sim () Não.
 () Outros _____.

11. Qual seu grau de satisfação relativo a sua adesão ao MEI:

GRAU NUMÉRICO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO EQUIVALENTE
1	Bastante Insatisfeito
2	Insatisfeito
3	Levemente Insatisfeito
4	Neutro
5	Levemente Satisfeito
6	Satisfeito
7	Bastante Satisfeito